

## **O MUNDO DO TRABALHO CABOCLO NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE A PARTIR DE E. P. THOMPSON**

Fernando Sergio Dumas dos Santos - FIOCRUZ  
fdumas@fiocruz.br

Na minha tese de Doutorado, observei e analisei o processo de construção de estratégias de saúde, pela população cabocla que habitou o Médio Rio Negro, ao longo do século XX. Privilegiando a análise das relações entre as ações humanas e o ambiente, percebi que alguns elementos vinculados aos saberes tradicionais dos povos indígenas que habitaram (e ainda habitam) a região permaneciam dominantes. É o caso dos costumes terapêuticos, onde prevalecem, ainda hoje, as práticas elaboradas localmente, apesar da presença dos instrumentos e dos *modi operandi* da medicina ocidental, que se acham disponíveis para a população. Por outro lado, as práticas de manutenção da vida e as práticas produtivas estão limitadas por forças de controle social e moral produzidas pela própria sociedade, as quais compreendem desde o uso dos recursos da floresta e as práticas que lhes são articuladas, até o impacto do processo histórico de construção do modo de vida caboclo sobre o ambiente que o envolve.<sup>1</sup>

. Procurei, então, analisar as práticas cotidianas da população, adotadas coletivamente, as quais incorporavam, muitas vezes, elementos que descendiam das tradições ancestrais autóctones. Busquei compreender de que forma as persistências se articularam aos novos dados, ao longo do processo histórico, neste mundo rural, que se organiza sob o manto da floresta tropical, o qual tinha sua dinâmica e sua estrutura essencialmente diferentes da vida que se levava nas cidades. A hipótese principal deste estudo foi a de que aconteceram modificações importantes relativamente aos costumes, hábitos e práticas cotidianas, ao longo do século XX. Estas transformações eram inerentes aos movimentos de assimilação e adaptação de novos valores e padrões culturais com os quais os caboclos travaram contato nas

diferentes conjunturas, e definiram o estabelecimento de estratégias de saúde próprias ao território.

Nesta pesquisa, o conceito de saúde emerge da análise das evidências históricas, definido pela articulação entre o mundo do trabalho e o uso dos recursos ambientais. Assim, ao formular os parâmetros do trabalho incorporei os padrões exigidos pelos métodos da história social, acreditando que esta designação congregue as tensões decorrentes dos processos de transformação social, abordando tanto “o mecanismo geral pelo qual as estruturas da sociedade tendem simultaneamente a perder e restabelecer seus equilíbrios”, quanto os fenômenos que lhe são correspondentes, “como, por exemplo, consciência coletiva, movimentos sociais e a dimensão social das mudanças intelectuais e culturais”.<sup>2</sup>

Do ponto de vista conceitual, as noções de classe e de luta de classes, examinadas sob a ótica da dialética da interação entre economia e valores, permitiram identificar os nexos entre as maneiras de viver e as relações de produção, as formas pelas quais se deram a transformação das experiências materiais em costumes e a articulação entre o “modo de produzir” e o sistema de valores vigente. É importante refletir que “as classes sociais são formações históricas e não aparecem somente nos modos prescritos como teoricamente adequados”.<sup>3</sup> Thompson adverte para os riscos de tomarmos a “classe” como uma categoria sociológica estática, afirmando que “o uso marxista apropriado e majoritário de classe é o de categoria histórica”.<sup>4</sup>

A noção de sistema industrial (ou fabril), ao invés de sistema capitalista (ou capitalismo), aparece como estruturante do “modo de produzir” do caboclo do Rio Negro, pois considero que a idéia de uma “indústria extrativa” alavanca evidências concretas para a modelagem do cotidiano das pessoas. Neste sentido, vemos que uma unidade de produção extrativa (um seringal, por exemplo), corresponda, basicamente, somente à sua área real de produção, a qual era constituída pelas espécies vegetais produtivas que continha. No Médio Rio Negro, a população que vendia sua força de trabalho aos empreendedores extrativistas não procurava

fixar suas habitações em função da propriedade ou do patrão a que estivessem vinculados profissionalmente.

Também o conceito de hegemonia sustentou a estruturação teórica do conjunto de relações estabelecido na sociedade cabocla do Rio Negro, concebido, aqui, como um processo histórico pelo qual uma classe social impõe limites externos às ações individuais e políticas, influenciando sobre as práticas cotidianas. Porém, lembrando Thompson, é preciso estar alerta para o fato de que, em primeiro lugar, “este processo não tem nada de determinado ou automático. (...) Em segundo lugar, a hegemonia, inclusive quando se impõe com fortuna, não impõe uma visão da vida totalizadora; mas bem impõe antolhos que impedem a visão em certas direções enquanto deixam livre em outras”.<sup>5</sup>

Dois outros instrumentos teóricos utilizados foram as noções de comunidade e de tempo. Seguindo o mesmo caminho proposto pelo historiador inglês, que construiu estas categorias a partir das evidências históricas que encontrou para o século XVIII da Inglaterra, esta pesquisa também se defrontou com estas noções a partir das fontes trabalhadas.<sup>6</sup> Cabe reafirmar, aqui, o compromisso com a proposta metodológica de Thompson que busca construir o instrumental teórico necessário para investigar uma questão histórica a partir do trabalho com as fontes, considerando-as como portadoras das evidências históricas e do conjunto de relações referente à sociedade estudada. Assim, não apenas os conceitos de comunidade e de tempo foram construídos, sob inspiração dos textos de Thompson, a partir das análises dos documentos, como também outras categorias explicativas daquele processo histórico.

Neste contexto, a noção de “modo de produzir” foi cunhada para dar conta das especificidades da indústria extrativista amazônica, como um todo, e, em especial, no Rio Negro, propondo-se a funcionar como uma ferramenta de apoio à noção de “modo de produção capitalista” que a organiza. O termo cria uma distinção em relação à noção de modo de produção, pois foi sob a lógica do modo de produção capitalista que ele se constituiu, não existindo, portanto, um “modo de produção extrativista”. Por outro lado, a noção de “modo de

produzir” procura abranger os meios de produção e as formas de organização do trabalho no extrativismo, integrando as práticas, as tradições e os costumes locais relativos às tarefas produtivas.

Assim, o modo de produzir da indústria extrativista, observada a partir dos caboclos rionegrinos, nos proporcionou a dissecação de um conjunto de relações sociais e de poder que permeiam práticas cotidianas, tais como o contínuo deslocamento para a realização das tarefas produtivas, a fragmentação do papel de patrão e a intensidade da relação de freguesia, a configuração do aviamento no território, entre outros. Neste modo de produzir, o maior lucro advinha da posse e exploração da maior quantidade possível de terras que contivessem a flora comercializável. Os aviadores tinham muita clareza da hegemonia que detinham naquela correlação de forças, pois tratava-se do espaço do caderno de créditos e débitos, o qual vinculava, ao grande comerciante local, o produtor, que, para fins desta análise, consideramos como sendo representado tanto pelo trabalhador extrativista propriamente dito, quanto por aquele patrão que dependia dos aviadores internos para produzir.

Podemos dizer que a sociedade construída no Rio Negro possuía um conjunto hierarquizado de relações sociais, tendo, no topo, um pequeno grupo de proprietários e exploradores da terra e trazendo na base a maioria cabocla. No intermédio destes níveis, flutuava um conjunto de pessoas, responsável por algumas funções burocráticas essenciais, tais como administração, segurança, coleta de impostos, controle da produção e pequenos comerciantes. No Médio Rio Negro, todo este universo humano se movia, praticamente, em torno da indústria extrativista, que, aqui, caracterizou-se pela diversidade de produtos coletados, envoltos, contudo, na mesma estrutura social e cultural que vicejou por toda a Amazônia: o aviamento. No entanto, as especificidades do território estudado delinearam o desenvolvimento das relações de produção – também pautadas pelas figuras do patrão e do freguês e pelo próprio ambiente da unidade de produção extrativista, como em toda a macro região –, as quais tomaram feições peculiares consoantes ao processo histórico transcorrido.

O ambiente onde se desenvolveram as atividades de extração e coleta de produtos florestais, na área de nosso estudo, caracteriza-se pela diversidade da produção extrativa, não tendo dependido unicamente das seringueiras, nem mesmo no período de apogeu da borracha. Este dado impunha aos negociantes que se aventuravam por aquelas terras a necessidade de ter uma produção extrativa diversificada, na qual distinguiam-se em importância a piaçaba, a castanha do Pará e, dentre as árvores donde extraía-se látex, a balata e a sova.

As relações sociais e de poder construídas por estas pessoas, abriga lógicas específicas, relacionadas às práticas cotidianas e aos modos de apropriação da natureza e de organização da produção vigentes. E, neste sentido, a consciência sobre estes costumes e o uso deles vem gerando peculiaridades determinadas por um processo histórico que se delimita em um complexo de rios, igarapés, canais, igapós e terras firmes, um território normalmente nomeado pelo topônimo do rio principal.

A dimensão organizativa do espaço funda uma noção de territorialidade identificada com as práticas sociais de seus habitantes, tanto no que tange às relações de poder, quanto no que toca à apropriação cultural desta área geográfica. O conceito de território que utilizo define um espaço sobre o qual uma determinada sociedade exerce suas práticas costumeiras de usufruto da natureza, de circulação e de produção. Trata-se de um espaço concreto cuja ocupação dá origem às relações entre os grupos sociais e os atributos físicos, naturais e antrópicos, estabelecendo uma hierarquia social marcadamente norteadas pelo mundo do trabalho.

A concepção de natureza aqui apresentada está pautada pela dimensão histórica da ocupação humana, capaz de organizar a vida social dentro da floresta. À idéia de que o homem está em permanente conflito com a natureza, e de que é necessário derrotá-la para concretizar o progresso, de conotações positivistas, estarei opondo a proposta de um processo histórico desenvolvido a partir de movimentos antrópicos que visavam a manutenção da adaptabilidade ao ambiente natural amazônico, desenvolvida desde os tradicionais costumes nativos, acrescidos da assimilação de novos valores sociais, culturais e produtivos. As maneiras de

estruturar a produção, de concretizar cotidianamente todas as tarefas necessárias ao viver neste território, estabeleceu-se envolvendo diversos grupos sociais, ao longo do tempo. Assim, modelou-se o relacionamento com a floresta, de onde os caboclos retiram o produto que permite prover seu sustento e seus bens materiais, bem como se consolidaram as relações de poder no seio das comunidades e desenvolveram-se hierarquizações entre elas.

Do ponto de vista das fontes, esta pesquisa foi concebida a partir de uma abordagem de história oral, baseada em produção de histórias de vida. Todavia, a superação dos desafios impostos pela proposta de análise deu-se a partir do aporte de outros conjuntos documentais à investigação, uma solução já apontada por Prins.<sup>7</sup> Para além de uma convergência temática de acervos independentes, o conjunto documental, aqui trabalhado, apresenta-se coadunado pela perspectiva da narrativa pessoal, a qual engloba diversos tipos de relatos, aqui entendidos como “narrativas de memória”.<sup>8</sup>

Incluem-se neste rol as histórias de vida, produzidas no território estudado durante uma expedição científica realizada em 1995, contando cerca de uma centena de entrevistas com moradores do Rio Negro.<sup>9</sup> Também são considerados os relatos tidos como “oficiais” (caso das narrativas produzidas por cronistas e religiosos em missões institucionais, geógrafos, naturalistas e autoridades oficiais), as “observações participantes” registradas pelas anotações de campo de etnógrafos, antropólogos e outros cientistas sociais, além das cartas escritas pelos moradores do território estudado, que podem ser pensadas neste mesmo sentido, pois não deixam de ser relatos e narrativas das necessidades e das situações vivenciadas pelos protagonistas desta história.<sup>10</sup> Do mesmo modo, trabalhos constituídos sob a perspectiva das ciências sociais foram tomados como fontes primárias por estarem imbuídos de uma datação histórica, delimitada pelo momento da narração.<sup>11</sup>

Analisando o modo como foram produzidos estes documentos, é possível perceber que as narrativas da memória traduzem histórias transmitidas pelos membros dos grupos sociais estudados. O objetivo que gerou as narrativas arroladas na pesquisa, ou o foco emprestado a

elas neste estudo, contemplam a etapa do procedimento de crítica às fontes, que se completa quando se leva em conta a dimensão da memória. Esta, por sua vez, é observada “não apenas como um ‘lugar’ onde você recorda a história”,<sup>12</sup> mas como uma significação da própria história, porque considero a memória como um dos pilares das identidades sociais e coletivas.

Para finalizar, é importante destacar que a opção de trabalhar com histórias pessoais, mostrou-se capaz de despertar indícios, vestígios, marcas de uma história aparentemente perdida. Própria a cada um, mas, ao mesmo tempo, coletiva, no sentido de que sua construção se dá tanto ao nível da experiência pessoal estrita, como pelas representações sociais dos traços que a compõem.<sup>13</sup> Os relatos de vida revelam as particularidades pessoais, locais, muitas vezes descontínuas, que distinguem o transcurso da história de um indivíduo para o outro, de uma comunidade para outra. Os eixos temporais aparecem de forma bastante delineada, permitindo a definição de tempos próprios àquelas comunidades, os quais, lastreados ao processo histórico geral, apontam para determinadas conjunturas, em processos, ao mesmo tempo, particulares e globais. Deste modo, foi possível estruturar uma periodização organizadora dos processos históricos que aponta para a demarcação de quatro diferentes conjunturas analíticas.<sup>14</sup>

---

1 Santos, Fernando S. Dumas dos. *Os caboclos das águas pretas: saúde, ambiente e trabalho no século XX*. Campinas: Unicamp, 2003 (Tese de Doutorado em História).

2 Hobsbawn, Eric. Da história social à história da sociedade. Em: Idem, p. 94. Para Thompson, a história é concebida “como resultado da luta de classes, como um perpétuo tecer e desfazer de equilíbrios, alianças e enfrentamentos coletivos” (Fontana, Josep. E.P. Thompson: história e luta de classes. Em: Thompson, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Ed. Crítica, 1989 (1ª ed. 1979 /ingês e espanhol), p. 9). Ele afirma que quando considera uma questão histórica, procura “examina-la em seus próprios termos e dentro de seu próprio conjunto de relações” (Thompson, E. P. Una entrevista com E.P.Thompson. Em: Idem, p. 298).

3 Thompson, E.P. A sociedade inglesa do século XVIII: luta de classes sem classes? Em: Idem, p. 32.

4 Idem, p. 35.

5 Idem, p. 60.

6 A noção de comunidade deriva de: Idem; Thompson, E.P. Introdução: costume e cultura. Em: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp. 13-24; e \_\_\_\_\_ . Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. Em: Idem, pp. 267-304. A noção de tempo refere-se a este mesmo texto.

7 Prins, Gwin. História Oral. Em: Burke, Peter (org.). *A escrita da História*. São Paulo: UNESP, 1992.

8 Quase todas as fontes (inclusive as bibliográficas) são provenientes de incursões ao local estudado, fato que somente foi possível em função do meu engajamento no desenvolvimento de dois diferentes projetos de pesquisa: o primeiro deles foi o “Revisitando a Amazônia de Carlos Chagas”, o qual a partir de primeiro de agosto de 1995, percorreu o Médio e o Baixo Rio Negro, além do Rio Branco, com uma equipe multidisciplinar. O outro foi o projeto “Plantas Mediciniais: políticas científicas e tradições de uso”, tendo sido, ambos, patrocinados pela Fundação Oswaldo Cruz. Ver: Santos, Fernando S. Dumas dos. Histórias de vida e histórias da cultura. Em : *História, Ciências*,

---

*Saúde – Manguinhos*, 5:1, 1998, pp. 85/98; Santos, Fernando S. Dumas dos & Muaze, Mariana de A. Ferreira. *Tradições em movimento: uma etnohistória da saúde e da doença nos vales dos rios Acre e Purus*. Brasília: Paralelo 15, 2002.

9 Utilizamos como técnicas de gravação dos depoimentos o áudio (gravador portátil “convencional”) e o vídeo

(formato profissional Beta). Ver: Santos, Fernando S. Dumas dos. *Histórias de vida e histórias da cultura*. Op. Cit.

10 Trata-se de correspondências do arquivo da firma J.G. Araújo Ltda., empresa que dominou amplamente o comércio fluvial em toda a Amazônia ocidental desde 1860. O acervo da empresa está sob a guarda do Museu Amazônico, em Manaus. Esses documentos contêm desde informações comerciais até dados acerca da condição de saúde e de eventos de cunho pessoal, passando por listas de pedidos de mercadorias que seriam fornecidas pelo aviador principal.

11 Neste caso, os trabalhos de Arthur Cezar Ferreira Reis (principalmente o clássico *O seringal e o seringueiro*.

Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997. A primeira edição deste livro foi em 1953, levada a cabo pelo Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura) despontam como os principais exemplos deste gênero. E esta tipificação se consolida tanto pelo fato de que estas narrativas se dão no tempo verbal presente do indicativo, como por inúmeras passagens onde o autor se coloca como uma espécie de testemunha da história que ele está contando.

12 Portelli, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. Em: Ferreira, Marieta de Moraes; Fernandes, Tania M. Dias e Alberti, Verena (org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Fiocruz/FGV, 2000, p. 69.

13 Sobre as representações sociais da memória, ver: Halbwachs, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

14 A primeira equivale ao período de crescimento e auge da produção gomífera, entre as décadas de 1890 e de 1910; a segunda conjuntura tem seu marco temporal mais recuado na década de 1920, talvez um pouquinho antes, prolongando-se até meados dos anos quarenta; a seguir, o período compreendido entre a década de 1940 e a de 1960, foi caracterizado pelo rearranjo necessário a um contexto de crise consolidada; finalmente, no quarto momento, dos anos setenta aos noventa, observou-se a entrada massiva de uma cultura urbana, a qual afetou hábitos e costumes tradicionais, pela chegada de novos atores sociais e econômicos e por um rearranjo dos mercados consumidores, que apontaram para uma redefinição da pauta de produtos.